



ESSA ECONOMIA MATA (EG, 53): CRÍTICA TEOLÓGICA DO CAPITALISMO INVIÁVEL

This Economy kills (EG, n. 53): Theological Critical of Unfeasible Capitalism

Élio Estanislau Gasda *

RESUMO: O texto analisa a dimensão socioeconômica e política da modernidade. A modernidade tem no sistema capitalista seu principal motor. Nenhuma interpretação da modernidade pode desconsiderar o capitalismo. Sua inviabilidade será demonstrada através de uma abordagem crítica de seus elementos essenciais: acumulação ilimitada de capital/riqueza, exploração do trabalho humano e devastação da natureza, como também sua fundamentação teórica (liberalismo) e o papel do Estado. Essa aproximação servirá de base para uma leitura teológica da inviabilidade do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Modernidade. Neoliberalismo. Estruturas de pecado.

ABSTRACT: The text analyses the socioeconomic and political dimension of modernity. Modernity has its driving force in the capitalist system. No interpretation of modernity can disregard capitalism. Its infeasibility will be shown through a critical study of its essential elements: unlimited accumulation of capital/wealth, exploitation of human labor and the devastation of nature; as well as its theoretical framework (liberalism) and the role of the State. This approach will serve as the base for a theological reading of the infeasibility of capitalism.

KEYWORDS: Capitalism. Modernity. Neoliberalism. Sinful Structures.

* Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, FAJE, Belo Horizonte, Brasil.

Introdução

Modernidade inviável, capitalismo inviável. *O Capitalismo integra a forma*, o conteúdo e a expressão da modernidade. O momento necessita urgentemente de uma compreensão crítica do sistema capitalista. Ainda que “estejamos dormindo sobre um vulcão” (Alexis de Tocqueville), a crítica do capitalismo anda fora de moda. O triunfalismo neoliberal parece irremediável. A esquerda, quando não abraça o capitalismo, limita-se a almejar a ser melhor administradora do mercado fazendo concessões paliativas às mazelas sociais.

A economia vai se configurando progressivamente como uma economia de mercado já no final do século XVI (FANFANI, 1934). O capitalismo como sistema econômico que sucederá o mercantilismo, baseia-se na propriedade privada dos meios de produção e de troca. Caracteriza-se pela busca do lucro, pela livre iniciativa e pela concorrência entre indivíduos e empresas. Mas a palavra “capitalismo” entrará no vocabulário econômico e político em meados do século XVIII. *O Capital* (1867), obra mais importante de Karl Marx, foi publicado naquele período.

A modernidade é o resultado de duas revoluções, uma econômica e outra político-ideológica: a transformação industrial iniciada na Inglaterra e a transformação política concretizada na França. Neste sentido, “o triunfo global do capitalismo é o triunfo de uma sociedade que acreditou que o progresso econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, de comprar tudo mais barato no mercado e vender mais caro” (HOBSBAWM, 2009, p. 19).

Se a modernidade nasce na forma socioeconômica e política do capitalismo, a “modernidade tardia” também é um “capitalismo tardio”. As mudanças ocorridas nos últimos 300 anos não significaram nenhuma ruptura daquele sistema que sucedeu a cristandade feudal. Seu processo de expansão remete-se aos descobrimentos geográficos realizados durante o *Renascimento* europeu, ao *Mercantilismo*, as grandes navegações espanholas e portuguesas (DOBB, 1987). Sua expansão territorial e a intensificação em larga escala dos seus elementos essenciais levou à era do capitalismo global. Um fenômeno gigantesco, provavelmente o evento mais impressionante da história da humanidade. Sua inviabilidade será demonstrada a seguir na exposição das suas consequências iníquas.

1 Elementos essenciais

Como sistema modelador da modernidade, o capitalismo não se limita à dimensão econômica. Sua cultura, sua antropologia, sua moral, seus princípios também integram seu conteúdo. O capitalismo é um modelo

de civilização, não apenas um sistema econômico. E, como todo sistema, seus elementos interagem entre si. Seu espírito é constantemente renovado através de seus elementos essenciais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

1.1 Acumulação ilimitada de capital/riqueza

Originalmente, o capital era um dos fatores de produção utilizados para explorar o trabalho em vista do aumento da produtividade para atender o mercado. É constituído pela soma de bens, monetários e não monetários, possuídos pelo capitalista, e tem por finalidade gerar mais capital. No capitalismo, a propriedade privada virou sinônimo de *capital*. Todo o patrimônio (propriedades, dinheiro, ações, bônus) constitui o capital/riqueza, ou, em uma palavra, propriedade (PIKETTY, 2014). Conquistar, defender e aumentar o capital (propriedade) torna-se o sentido da existência do indivíduo, eclipsando outros fins sociais e econômicos. A maximização da riqueza torna-se a medida da economia e da sociedade.

Nenhuma mudança ocorrida no interior do capitalismo alterou esta essência, porque *capital* não é simplesmente uma ‘entidade’ econômica passível de ser controlada. Longe disso, tonou-se a mais poderosa estrutura de controle à qual tudo deve se ajustar. A autonomia e a liberdade do indivíduo foram usurpadas por seu poder sedutor. É como se fora dele não houvesse salvação: o capital dá trabalho, renda, crescimento e cidadania. É a alma do *capitalismo* (HINKELAMMERT, 1983)¹.

O capitalismo, pelo fato de basear-se no individualismo, é, por essência e necessariamente, desigual. Individualismo é um conceito baseado na defesa intransigente da liberdade individual na esfera econômica, política e religiosa, contra ingerências coercitivas do Estado. “A desigualdade de riqueza e de renda é uma característica essencial da economia de mercado” (MISES, 1949, p. 347). Como característica inerente à economia de mercado, “sua eliminação a destruiria completamente” (MISES, 1949, p. 948). Individualismo em estado puro aplicado à economia.

Ora, se a acumulação individual de riqueza é ilimitada, quanto mais no topo da pirâmide, maiores os ganhos. A riqueza está sendo canalizada para os ricos a um ritmo alarmante. O sistema trabalha para eles. As 10 maiores empresas do mundo tiveram receita superior à soma de 180 países. Os 28 maiores grupos financeiros gerenciam em média US\$1,8 trilhão (GLOBAL JUSTICE NOW, 2015). Apenas oito homens possuem a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas que compõem o extrato mais pobre da humanidade. Ao longo dos próximos 20 anos, 500 pessoas deixarão mais de US\$ 2,1 trilhões para seus herdeiros – mais que o PIB da Índia, um país com

¹ Hinkelammert faz uma análise profunda do espírito que move o capitalismo. Esse espírito é tão importante quanto as estruturas e seus mecanismos. É a salvação pela economia.

1,2 bilhão de habitantes (OXFAM, 2017). Aproximadamente 1 bilhão de seres humanos passam fome em um mundo capaz de alimentar mais 12 bilhões de pessoas (FAO, 2015). Se a tendência não mudar, a mortalidade infantil afetará 3,6 milhões crianças por ano antes de chegarem ao quinto aniversário (UNICEF, 2016). Estes dados seriam uma consequência dos desvios da *mão invisível* do mercado, invenção do teólogo moralista Adam Smith e pai da economia política moderna?

Os ricos... são conduzidos por uma mão invisível que os faz distribuir as coisas necessárias da vida quase da mesma maneira que teriam sido distribuídas se a terra fosse repartida em partes iguais entre todos seus habitantes; e assim, sem saber, promovem o bem da sociedade e proporcionam os meios para a multiplicação da espécie. Quando a Providência dividiu a terra entre uns poucos nobres proprietários, não esqueceu nem abandonou aqueles que pareciam ter ficado fora da partilha (SMITH, 1997, p. 333).

A irrupção do mercado autorregulado inspirado pela *mão invisível* significou uma *grande transformação* (POLANYI, 1989). A ordem espontânea é apontada como solução para a organização econômica que nasce na modernidade. Somente o livre mercado respeita a liberdade e a autonomia dos agentes econômicos, cabendo ao Estado proteger as liberdades individuais, a livre iniciativa, fazer cumprir os contratos e criar condições favoráveis para a expansão do capital. Modelo orientado pelo princípio da acumulação ilimitada de riqueza.

Na contemporaneidade, não mais o capitalismo industrial, mas as finanças assumiram o controle. Com a financeirização, o sistema alcançou o auge da radicalização do princípio de acumulação. Para ser coerente com a *mão invisível*, o sistema *financeiro* não pode ser controlado por forças extra econômicas. A mobilidade do capital abstrato levou o capitalismo a retroceder para sua forma parasitária. O sistema financeiro nasceu como um instrumento de apoio para a indústria e a oferta de bens e serviços, mas se converteu em um fim que impõe sua lei sobre a economia e a política. O poder migrou para os grandes grupos financeiros. O sistema bancário atua de forma articulada para pressionar governos e instituições. Seu poder sobre a economia e a política global generalizou o capitalismo improdutivo. A *mão invisível* remunera rentistas destruindo empregos, cortando salários e implodindo o contrato social.

1.2 Exploração do trabalho

Vivemos a *sociedade do consumo*, mas a modernidade já foi chamada de *civilização do trabalho*. A conversão do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria possibilitou o nascimento da sociedade de mercado (POLANYI, 1989, p. 126-132; GASDA, 2011, p. 40-42).

Segundo Adam Smith, as riquezas do mundo não se adquiriram originalmente com ouro ou prata, mas com trabalho (SMITH, 1961, Livro II,

Capítulo 3). A paixão pelo trabalho socialmente produtivo é uma invenção da modernidade (GORZ, 2004, p. 67-69). O acesso aos direitos sociais está vinculado a uma carteira assinada e uma sociedade salarial estável é garantia de estabilidade política. O trabalho reduzido à sua dimensão econômica foi convertido em mercadoria. Os indivíduos são classificados pelo emprego que possuem e pelo salário que recebem.

A conversão do trabalho humano em mercadoria resultou na alienação do operário. Ao transformá-lo em mero instrumento a serviço dos interesses do capital, gerou formas de exploração. *Rerum Novarum*, a primeira encíclica da Doutrina Social da Igreja, publicada no início da Revolução Industrial, denunciava: “os trabalhadores, isolados e sem defesa, estão entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal... Um pequeno número de ricos e de opulentos impõe assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários” (RN, n. 1c).

As perdas dos trabalhadores não são apenas econômicas, são também físicas, psicológicas e morais. A erosão do caráter é uma das mais perversas consequências intensificadas pelo capitalismo global, pois incorporou totalmente a subjetividade do trabalhador (SENNETT, 1999). O conhecimento, a criatividade, a informação e os desejos também foram transformados em mercadoria. As tecnologias ajustam a vida humana ao ritmo das máquinas e fazem do trabalhador uma peça da engrenagem financeira. Diante das atualizações e reengenharias constantes, o trabalhador precisa “reinventar-se continuamente ou perecer nos mercados” (SENNETT, 2006, p. 44). Os trabalhadores vivem assombrados pelo fantasma da inutilidade. As capacidades e os valores são calculados economicamente (SENNETT, 2006, p. 82). O excesso de mão-de-obra, a automação e o envelhecimento são ameaças reais. O trabalho vive sua hora mais escura. “Não existe pior pobreza material do que a que não permite ganhar o pão e priva da dignidade do trabalho” (FRANCISCO, 2014). Milhões de pessoas trabalham em condições degradantes, sem proteção social e em troca de uma remuneração indecente. Deprimidos, assediados e adoecidos. O trabalhador é explorado sem contrapartidas para que rendas do capital cresçam de maneira ilimitada. A ascensão meteórica do 1% tem a ver com a exploração do trabalho.

1.3 Exploração da natureza

A origem do capitalismo e da modernidade coincide com a instrumentalização da natureza para fins de exploração. O trabalho organiza-se em função do confronto contra as forças naturais. A modernidade está obcecada pela ideia de progresso. A visão de natureza como objeto de contemplação é substituída pela ideia de natureza como fonte recursos a disposição do homem.

A ecologia foi absorvida pela economia. O tripé trabalho-ciência-técnica rompeu as resistências da natureza. Nos últimos 50 anos, os ecossistemas foram modificados mais rapidamente que em qualquer outro período da história. As mudanças climáticas causam impacto na agricultura, no abastecimento hídrico, na segurança alimentar, nos oceanos e na saúde humana, na extinção da biodiversidade e na desertificação, no degelo do Polo Norte. Pessoas em desvantagem social ou geográfica terão ainda mais dificuldades em conseguir alimento, água e trabalho. Para cada grau de aumento da temperatura média global, ocorre uma queda de 20% na disponibilidade de recursos hídricos para 7% da população mundial. Maiores riscos de mortes resultantes de ondas de calor; maior exposição a doenças transmitidas pela água e por alimentos (IPCC, 2014).

A crise é socioambiental. A biodiversidade e a vida humana são avaliadas em função dos interesses do capital. Preocupações a respeito da dignidade humana e da riqueza ecológica são irrelevantes. O sistema de valores premia a acumulação de capital no curto prazo, enquanto desvaloriza tudo mais relativo ao presente e ao futuro. Nele, alguns humanos têm valor e outros, não. A vida humana só vale o quanto cada pessoa contribui para a economia, medido em termos monetários. Se o aquecimento global aumenta a mortalidade na Somália ou Sudão do Sul, isso terá impactos na medida em que estas mortes afetam a economia. Crise humanitária e extinção das espécies são problemas apenas se afetam o 'resultado final'. Os mercados tomam todas as decisões apoiados nessa lógica. Mercados são interesses agregados do complexo financeiro-empresarial que exercem o poder de fato sobre governos e instituições internacionais.

O capitalismo integrou a natureza ao mercado e colocou um "preço" na biodiversidade, financeirizou o que é socioambiental. A preservação da natureza está atrelada aos benefícios que pode trazer ao capital. Componentes naturais dos bens comuns (biodiversidade, terra, água, florestas e suas funções ecológicas, etc.) são convertidos em mercadoria gerida pelos mercados. As empresas têm obrigação de prover o máximo de lucro possível a seus acionistas sem se preocupar com mais nada. O combate ao aquecimento global e investimentos na preservação da biodiversidade somente ocorrerá se forem lucrativos. O sistema não pode ser mudado, apenas esverdeado.

Não há como firmar acordos e protocolos quando a lógica do capital prevalece. É impossível solucionar problemas ambientais incentivando o consumo. O aquecimento global, no pior dos casos, provocará pequenos estragos, na versão aceitável e em benefício de poucos. A busca ilimitada do lucro, alma do sistema, é intocável. Tudo continua ocorrendo da mesma maneira, os indivíduos consumindo a mesma quantidade de bens e serviços, respirando um ar cada vez mais poluído e pagando mais caro por alimentos. O capitalismo jamais abandonará sua crença no *dogma do crescimento*. Passados três séculos, a sociedade continua acreditando que o capitalismo é sustentável.

2 Teoria inviável para um sistema inviável

As origens da catástrofe residem no empenho utópico do liberalismo econômico em erguer um sistema de mercado autorregulado, uma instituição que não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade (Karl Polanyi).

O liberalismo é o fundamento teórico do capitalismo. “Uma sociedade em que os princípios liberais são levados a efeito é, comumente, chamada de sociedade capitalista, e de capitalismo a condição em que se encontra tal sociedade” (MISES, 1927, p. 40). Para os liberais, o capitalismo é uma ordem não apenas necessária, mas desejável, por ser “o único sistema possível de organização Social” (MISES, 1927, p. 106). O liberalismo é uma teoria política que considera as principais categorias e instituições econômicas (capital, lucro, salário, mercado, propriedade) como *naturais*. O liberalismo possui uma concepção política de justiça, não metafísica ou teleológica. Cabe aos pactos construídos pelo sistema social definir o que deve ser considerado justo. A *justiça distributiva* é viabilizada pela *ordem natural* do mercado.

2.1 Neoliberalismo

Apesar de uma série de desdobramentos, o liberalismo acompanha o capitalismo em todas as suas formas. A *Grande depressão* da década de trinta o reconfigurou consideravelmente. O *Keynesianismo*, que defendia um papel mais ativo do Estado na economia priorizar áreas sociais, como escolas, estradas e hospitais, foi rechaçado pelos *Neoliberais (neoclássicos conservadores)* da Escola de Chicago e da Escola Austríaca. O neoliberalismo foi construído com base nas antigas ideias do *laissez faire* e na ideia de que há apenas indivíduos e não uma sociedade, na negação do conceito de interesse público que apenas faria sentido se houvesse de fato uma sociedade. Na década de 1970, ocorre a transição dos *30 anos dourados do capitalismo* (estado de bem-estar social) para o capitalismo financeirizado. Uma nova forma de capitalismo controlado por rentistas, especuladores, banqueiros e *instituições financeiras*.

Dois teóricos, Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich von Hayek influenciaram consideravelmente a imposição de políticas neoliberais. Para o primeiro, “um homem é livre na medida em que lhe seja permitido escolher os seus fins e os meios a empregar para atingi-los” (MISES, 1949, p. 339). E, na economia de mercado, ele é livre no sentido de que o governo não o obriga a renunciar à sua autonomia. “A liberdade do homem no regime capitalista é fruto da competição” (MISES, 1949, p. 345). Logo, não há lugar para políticas de redistribuição de riqueza. O neoliberalismo rejeita a ideia de justiça social por defender que não existe uma fundamentação teleológica da justiça. Não é a justiça que define a escolha de um sistema social; ao contrário, é o sistema social que define o bom e mau. Fora deste contexto social não existe bem ou mal. É inútil considerar as legítimas tarefas de

governo a partir de algum padrão de valores imutáveis preestabelecidos” (MISES, 1949, p. 820). Neste sentido, princípios morais do cristianismo seriam desastrosos para o mercado (MISES, 1949, p. 825).

Seu discípulo, Friedrich August von Hayek (1899-1992) combate o caráter “organizado” da economia. Em *O Caminho da Servidão* (1944) defende que políticas sociais fundadas na justiça social são incompatíveis com o Estado de Direito. Os mecanismos do governo no livre mercado representam uma ameaça às liberdades econômicas. Não existe sequer um código de ética fundado no princípio do bem comum que possa obrigar a sociedade a buscar a justiça distributiva. As questões sociais pertencem ao campo da moral individual. Reivindicações igualitárias se originam do descontentamento que o sucesso de algumas pessoas suscita nos fracassados. Ou seja, a justiça social é a roupagem disfarçada da inveja, a mais maligna de todas as paixões.

A justiça social é uma fórmula desprovida de significado. Um sinal de imaturidade intelectual assumida como doutrina oficial da Igreja Católica. A expressão foi abraçada por amplos setores do clero que perderam a fé numa revelação sobrenatural e buscam consolo numa religião ‘social’ que substitui uma promessa celestial de justiça por outra, temporal. A Igreja Católica Romana fez da ‘justiça social’ parte de sua doutrina oficial’. A crença reinante na ‘justiça social’ é provavelmente, a mais grave ameaça à maioria dos valores de uma civilização livre. (HAYEK, 1985, p. 80-85).

2.2 Estado Capitalista

Robert Nozick (1933-2002), liberal-libertário, criador do conceito de “estado mínimo”, é outro intelectual influente junto aos *think tanks* em postos chave de governo e em instituições internacionais. O indivíduo é um fim em si mesmo e tem total liberdade de escolha. Se for utilizado como meio para outros fins torna-se um escravo. Ora, a justiça social e as políticas públicas de distribuição de renda usam os indivíduos como meio para alcançar outros fins. O único Estado aceitável é um Estado mínimo, limitado às funções restritas de proteção contra a força, o roubo, a fraude, de fiscalização do cumprimento de contratos. Somente o Estado limitado a garantir que não haja interferência nos direitos fundamentais (liberdade, vida e propriedade) é um estado justo (NOZICK, 1974, p. 117-118).

As teses neoliberais prosperaram porque o economista de Chicago, Milton Friedman (1912-2006) ajudou a convencer governos e políticos na implantação de uma “agenda neoliberal”: desregulando economias, abrir mercados nacionais para o capital, austeridade e privatizações. O neoliberalismo não elimina o Estado, faz algo ainda pior ao mudar sua agenda. “O erro mais grave é pensar que o capitalismo é um sistema econômico. O Estado e o capital são companheiros inseparáveis, ontem e hoje” (BRAUDEL, 1979, p. 540). O capitalismo é uma combinação entre economia e política: “A

economia foi constituída politicamente. A reestruturação das empresas e as novas tecnologias de informação não teriam evoluído por si só rumo a uma economia global em rede sem as políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio e dos investimentos implantadas pelos governos ao redor do mundo” (CASTELLS, 1999, p.188).

O Estado é uma instituição imprescindível para o capitalismo. O complexo empresarial-financeiro adota padrões de competitividade agressivas sempre com o apoio dos governos. Seu único propósito consiste em ajustar a economia para consolidar o capitalismo em seus territórios. Este é o cenário ideal: todos os lucros e nenhuma responsabilidade. Governos e empresas têm compromisso com mercado (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011). O capital financeiro vem se apropriando cada vez mais de parcelas do orçamento público reservadas aos sistemas sociais (aposentadoria, saúde, educação, habitação).

O capitalismo sempre necessitou controlar o Estado para garantir sua sobrevivência e hegemonia. Por isso é salvo de suas crises pelos governos, sejam eles de esquerda, de centro ou de direita. Políticas de Estado resumem-se a políticas econômicas. Porém, atualmente, o neoliberalismo deslocou o foco do poder da política para a economia de maneira radical. A redução da política à força do dinheiro torna os governos imunes à participação da sociedade civil. O mercado define as regras do jogo. Sua única ideologia é a acumulação de riqueza.

2.3 Capitalismo ou democracia

Surgido na década de trinta, o neoliberalismo é o conceito que nomeia perfeitamente a etapa atual do capitalismo. Os pensadores neoliberais ajudaram a configurar a sociedade como um grande e universal mercado composto de indivíduos identificados como consumidores que calculam lucros e prejuízos em tudo o que fazem. Nesse sentido, o neoliberalismo invade todos os aspectos da sociedade e da vida privada. A concorrência é o método de organização social. O tamanho, a profundidade e a extensão da influencia desta teoria são desconhecidos.

A política institucional está confinada à esfera estabelecida pelo mercado. A política é do capital. O mercado é o sujeito político que governa o mundo. Seus objetivos tornaram-se a razão de Estado, independente da vontade popular. O mercado funciona como um tipo de mente pensante com sua lógica impecável para estruturar toda a realidade em torno da competição econômica. A atividade humana pode ser calculada economicamente em termos de riqueza, valor, custo e preço. Cabe ao Estado garantir que esta mente pensante não sofra interferências. Nem sequer dele mesmo. Também os mecanismos do poder político (eleições, partidos, congresso, poder executivo, etc.) devem ser submetidos ao

cálculo econômico. Anseios populares não podem ter preferência sobre os mecanismos automáticos do mercado. A razão do mercado ultrapassa a capacidade de qualquer outra racionalidade ou lógica. A economia deixa de ser uma técnica e converte-se em método a serviço do desenvolvimento e segurança do mercado. O único propósito da sociedade é a manutenção do próprio mercado.

O mercado é o *novo sujeito político soberano* que governa a vida. Esta espécie de *biocapitalismo* captura a produtividade do *bios* humano – saber, criatividade, subjetividade, espiritualidade, disciplina mentes e corações, afetos e desejos – e governa sobre todas as outras formas de governo. É a última modalidade de domínio do capital sobre a vida.

O neoliberalismo, ao gerar indivíduos neoliberais, tornou-se a nova razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016). As corporações não produzem apenas mercadorias, mas subjetividades e comportamentos. Reproduz sujeitos neoliberais que pautam suas relações sociais segundo a lógica do custo-benefício. A enfermidade do capitalismo é psíquica, do contágio da alma. Este neosujeito tem sua vulnerabilidade exposta de tal forma que, em sua luta solitária pela sobrevivência, o colapso do seu eu pode ocorrer a qualquer momento. Depressão, stress, esgotamento, angústia, suicídio (HAN, 2014).

Democracia é a forma de governo que emana do povo. O capitalismo, pelo fato de limitar a soberania do povo e da comunidade política, é incompatível com a democracia. Não há um capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre as prioridades do capital. Nele, os ricos têm acesso privilegiado ao poder. Em segundo lugar, as dimensões da vida humana estão cada vez mais fora do alcance das decisões políticas, pois foram transformadas em mercadoria. Democratizar supõe desmercantilizar a sociedade. Isso levaria ao fim do capitalismo.

3. Teologia e capitalismo inviável

3.1 A urgência da crítica teológica

A crítica teológica é consequência da análise da inviabilidade do capitalismo. É urgente recuperar a perspectiva da crítica social. Como romper o relato da razão neoliberal? O que está em jogo não é apenas o controle do poder político e econômico, mas da hegemonia da produção de narrativas desta realidade. A teologia é uma práxis acadêmica comprometida com o Reino de Deus. A realidade de um terço da humanidade exige uma teologia subversiva. As consequências geradas pelo sistema são identificadas a partir do lugar teológico dos pobres. Pensar fora dos padrões exige uma abordagem mais exigente com enfoques na escuta “do

grito da terra e do clamor dos pobres”, como pede Papa Francisco (LS, n. 49). A leitura teológica do capitalismo é feita a partir da perspectiva do pobre e de Jesus de Nazaré (Lc 4, 18-19; Lc 6, 20-26; Mt 25, 31-46). O lugar teológico são periferias do sistema, os descartados e excluídos das instâncias de decisão.

Um sistema inviável inviabiliza a civilização e traz as marcas da injustiça e da destruição. Há uma violência institucionalizada de um sistema consolidado sobre a espoliação e a morte do pobre para que poucos desfrutem da riqueza. O conflito é estrutural, como afirma Papa Francisco: “se cada ação tem consequências, um mal embrenhado nas estruturas duma sociedade sempre contém um potencial de dissolução e de morte. É o mal cristalizado nas estruturas sociais injustas, a partir do qual não podemos esperar um futuro melhor” (EG, n. 59).

A economia de mercado não tem um caráter idolátrico, pois os mercados são muito anteriores ao capitalismo. Entretanto, a idolatria presente no mercado é gerada e alimentada pelo sistema capitalista. Para João Paulo II, o pecado fundamental do sistema é a idolatria: “Decisões aparentemente inspiradas pela economia ou pela política ocultam verdadeiras formas de idolatria: do dinheiro, da ideologia, da classe e da tecnologia” (SRS, n. 37). E, “onde há idolatria, apagam-se Deus e a dignidade do ser humano”, completa Papa Francisco (EG, n. 57).

3.2 “A raiz de todo mal é a busca do dinheiro” (1Tm 6,10)

A idolatria do dinheiro é a causa primeira da deterioração da vida social e da violência na América Latina e no Caribe (DA, n. 78). Uma interpretação teológica do capitalismo o compreende como um sistema alicerçado no pecado. Este reconhecimento se dá a partir de Deus, do outro e da criação: “Entre as ações e as atitudes opostas à vontade de Deus e ao bem do próximo e as estruturas a que elas induzem as mais características hoje, parecem ser, sobretudo, duas: por um lado, há a *avidez exclusiva do lucro*; e, por outro lado, a *sede do poder*, com o objetivo de impor aos outros a própria vontade. A cada um destes comportamentos pode juntar-se, para caracterizá-los melhor, a expressão: a qualquer preço. Estamos diante da *absolutização* dos comportamentos com todas as consequências possíveis” (SRS, n. 37).

O cristianismo é essencialmente anti-idolátrico ao rejeitar frontalmente os sistemas que alimentam a idolatria (Mt 6,24; Lc 16,13). No capitalismo, “a adoração do antigo bezerro de ouro (Ex 32,1-35) encontrou uma versão nova e impiedosa no fetichismo do dinheiro e na ditadura de uma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano” (EG, n. 55). A idolatria se oculta na opressão da verdade e na injustiça, cujas consequências desembocam na desumanização do outro: perversidade,

injustiça, ganância, maldade, assassinato (Rm 1,18ss). As agressões mais cruéis contra a dignidade humana vêm do poder e do dinheiro: “Quem governa então? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, da violência econômica, social, cultural e militar que gera sempre mais violência em uma espiral descendente que parece não acabar nunca” (FRANCISCO, 2016).

É um sistema que tem finalidade em si mesmo – acumular capital com o único fim de engordar o próprio capital, que será novamente reinvestido para engordar ainda mais o capital. Esta espiral está incorporando todo o planeta em sua dinâmica e “instaurou uma nova tirania invisível que impõe, de forma unilateral e implacável, suas leis e suas regras. Os interesses do mercado divinizado são transformados em regra absoluta” (EG, n. 54). O pecado do capitalismo se manifesta em sua inviabilidade. Todo ídolo exige sacrifícios, por isso “essa economia mata” (EG, n. 53).

Conclusão

O momento necessita urgentemente de uma compreensão crítica do sistema capitalista. O artigo abordou a relação entre modernidade e capitalismo e concluiu que se a modernidade é inviável, o capitalismo também é. A modernidade adentrou as portas da barbárie porque o capitalismo está entregue à sua própria lógica. A confiança na mão invisível do mercado inviabilizou a ambos.

Com um poder de expansão impressionante, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência, mais nefastas são suas consequências para os pobres, os trabalhadores e o meio ambiente. Se a modernidade é inviável, qual é o futuro do capitalismo? Mais cedo ou mais tarde chegará ao seu próprio fim, como profetizava Marx?

O texto está centrado na importância de se produzir uma reflexão teológica que contemple a dimensão socioeconômica e política da modernidade em vista de uma práxis transformadora. Nenhum cristão pode omitir-se diante deste desafio se deseja manter viva a esperança na igualdade, na paz e na justiça social.

A realização do bem comum constitui a razão de ser dos poderes públicos. A economia deve estar a serviço da pessoa humana. Contudo, no capitalismo a dignidade humana e o bem comum, que deveriam estruturar toda política econômica, estão descartados. A lógica do bem comum não permite sacrificar o bem de qualquer pessoa para melhorar o bem de

outros, pois todos são portadores de direitos. A melhor ordem econômica é aquela que promove a dignidade humana, o bem comum e estabelece como prioridades as necessidades dos pobres sobre os desejos dos ricos, os direitos dos trabalhadores sobre o acúmulo de capital.

A teologia tornou-se uma ciência demasiado ocupada com questões internas que tiram o foco de assuntos realmente merecedores de atenção. Ora, o cristianismo traz implícita uma crítica do capitalismo como elemento central da modernidade. A civilização tornou-se refém de um capitalismo cujo poder está longe de esgotar-se. Ao confrontá-lo a teologia está em sintonia com o maior desafio da história contemporânea. A teologia carece de um discurso mais ousado diante da idolatria do capital e seus mecanismos perversos.

A incompatibilidade da teologia cristã com o capitalismo neoliberal é um dado objetivo. Sua postura contra-hegemônica brota do *Memorial* da Páscoa de Jesus. Respondendo à provocação de Francisco, “que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer?” (LS, n. 160), é momento de vislumbrar uma razão de mundo pós-capitalista e pós-liberal. “É correto falar de luta contra um sistema econômico, visto como método que assegura a prevalência absoluta do capital, da posse dos meios de produção e da terra, relativamente à livre subjetividade do trabalho do homem” (LE, n. 7). Ao resgatar a mensagem da Boa Notícia de Jesus aos pobres, a teologia tem algo a oferecer nesta luta sem trégua. Jesus não é um personagem inofensivo e partidário do capital. Ainda que continue fazendo adeptos dentro do cristianismo, o capitalismo inviável é abominável aos olhos da fé.

Siglas

CELAM = CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANA

DA = Documento de Aparecida

EG = Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*

FAO = Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

IPCC = Intergovernmental Panel on Climate Change

LE = Carta Encíclica *Laborem exercens*

LS = Carta Encíclica *Laudato si'* (LS)

OXFAM = Oxford Committee for Famine Relief

RN = Carta Encíclica *Rerum novarum*

SRS = Carta Encíclica *Sollicitudo rei socialis*

UNICEF = Fundo das Nações Unidas para a infância

Referências

- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAUDEL, F. *Civilization matérielle, économie et capitalisme*. Paris: Armand Colin, 1979. t.3.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede I: a era da informação*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANA. *Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano: evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Documento de Aparecida, 2007.
- DARDOT, P.; LAVAL C. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- FANFANI, A. *Cattolicesimo e protestantesimo nella formazioine storica del capitalismo*. Milão: Vite e Pensiero, 1934.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Roma: Tipografia Vaticana, 2013.
- _____. *Discurso durante I Encontro Mundial de Movimentos Populares*. Roma, 2014.
- _____. *Carta Encíclica Laudato si': sobre o cuidado da casa comum*. Roma: Tipografia Vaticana, 2015.
- GASDA, E. *Trabalho e capitalismo global: atualidade da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 40-42.
- GLOBAL JUSTICE NOW. *Corporations vs governments revenues*, 2015. Disponível em: <http://www.globaljustice.org.uk/sites/default/files/files/resources/corporations_vs_governments_final.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.
- GORZ, A. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- HAN, B-C. *Pscopolítica: neoliberalismo y nuevas formas de poder*. Barcelona: Herder, 2014.
- HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 1944.
- _____. *Direito, legislação e liberdade: a 'miragem' da justiça social. Uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão, 1985. v. 2.
- HINKELAMMERT, F. J. *As armas ideológicas da morte*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- HOBBSAWM, E. *A era do Capital (1848-1875)*. 14.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2009.
- IPCC – PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. *Mudanças Climáticas 2014: impactos, adaptação e vulnerabilidade*. Disponível em: <<https://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-5136.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2017.
- JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Sollicitudo rei socialis*. Roma: Tipografia Vaticana, 1987.

- _____. *Carta Encíclica Laborem exercens*. Roma: Tipografia Vaticana, 1981.
- LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Rerum novarum*. Roma: Tipografia Vaticana, 1891.
- MISES, L. *Liberalismo segundo a Tradição Clássica*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 1927.
- _____. *Ação humana: um tratado de economia*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 1949.
- NOZICK, R. *Anarquia, estado e utopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *Estado da segurança alimentar no mundo 2015*. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2017.
- OXFAM. *Resumo executivo: uma economia para os 99%*, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/.../files/economia_para_99-sumario_exe>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014.
- POLANYI, K. *La gran transformación*. Madrid: La Piqueta, 1989.
- PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Por uma reforma do sistema financeiro internacional na perspectiva de uma autoridade pública com competência universal*. Roma: Tipografia Vaticana, 2011.
- SENNET, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006a.
- SMITH, A. *La teoría de los sentimientos morales (1759)*. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- _____. *La riqueza de las naciones (1776)*. Madrid: Aguilar, 1961.

Artigo submetido em 28.08.2017 e aprovado em 16.11.2017.

Élio Estanislau Gasda é jesuíta, doutor em Teologia pela Universidad Pontificia Comillas, Madrid (2010). Pós-doutor em Filosofia Política pela Universidade Católica Portuguesa (2017). Professor da área de Ética Teológica e Práxis Cristã na Graduação e na Pós-graduação da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Orcid. org/0000-0002-0397-1983. gasdasj@hotmail.com

Endereço: Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto
31720-300 Belo Horizonte – MG